



# **PROGRAMA DO PSTU SANTA CATARINA ELEIÇÕES 2022**



# **PROGRAMA DO PSTU EM SANTA CATARINA PARA AS ELEIÇÕES DE 2022**

**Santa Catarina**

**Agosto de 2022**

## **Sumário**

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>AS DIVERSAS CRISES SÃO UMA SÓ / A PANDEMIA E A CRISE ECONÔMICA .....</b>	<b>5</b>
<b>BRASIL.....</b>	<b>7</b>
<b>DEMOCRACIA DOS RICOS .....</b>	<b>8</b>
<b>A FRENTE POPULAR.....</b>	<b>11</b>
<b>SOCIALISMO .....</b>	<b>12</b>
<b>SANTA CATARINA: TERRA DE DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS SOCIAIS .....</b>	<b>13</b>
<b>O GOVERNO DE CARLOS MOISÉS. ....</b>	<b>18</b>
<b>AS CANDIDATURAS DA DIREITA TRADICIONAL.....</b>	<b>20</b>
<b>CONHEÇA NOSSAS PROPOSTAS PARA SANTA CATARINA E O BRASIL! .....</b>	<b>23</b>



## **APRESENTAÇÃO**

O PSTU apresenta em Santa Catarina chapa própria encabeçada pelo professor Alex Alano, candidato ao Governo do Estado, e por Gabriela Santetti, como candidata a Vice-Governadora. Uma chapa sem coligações espúrias e bem distante do vale-tudo eleitoral. Apresentamos ainda Gilmar Salgado para o Senado, Vinicius Sodré para Deputado Federal e Carlos Bruno para Deputado Estadual.

Alex Borges Alano é graduado em Filosofia e professor em escola pública há mais de 14 anos, ativista sindical e político, sempre atuante na luta pela categoria dos professores e pela classe trabalhadora, participando das greves e manifestações contra todos os ataques aos nossos direitos, sejam trabalhistas, ambientais, sociais ou das minorias. É casado e pai de dois filhos e sente na pele as dificuldades que o capitalismo impõe às famílias trabalhadoras.

Gabriela Santetti é mãe, professora e mestre em Educação. Já foi candidata pelo PSTU à Deputada Federal e à prefeitura de Florianópolis por duas vezes. Fruto das lutas do movimento estudantil, constrói o Movimento Mulheres em Luta! Uma candidatura presente nas lutas dos trabalhadores, das mulheres, dos oprimidos e em defesa da educação! Mora atualmente na Palhoça.

Gilmar Salgado é antigo militante socialista e um dos fundadores do PSTU, tendo sido candidato pelo partido em outras eleições. Formado em Gestão Ambiental, trabalhou na CASAN por 38 anos, onde destacou-se como um importante líder sindical, sempre defendendo os interesses dos trabalhadores contra as privatizações das empresas e dos serviços públicos. Natural de Maravilha, no Oeste do Estado, tem 61 anos, mora em Florianópolis e é aposentado.

Marina Soares é mulher, mãe, servidora técnica na Universidade Federal de Santa Catarina, militante do PSTU e atuante no movimento sindical, sempre presente nas lutas e nas greves na Universidade.

Tarcisio Eberhardt é militante socialista histórico desde a ditadura militar, fundador do PT, de onde foi expulso em 1992 por criticar os rumos assumidos por este partido, é fundador do PSTU.

Vinicius Sodré é estudante da UFSC e militante do Rebeldia - Juventude da Revolução Socialista, propõe-se a representar uma chapa coletiva de estudantes que juntos representarão a rebeldia e a necessidade de transformar o presente, para que exista um futuro para os jovens.

Carlos Bruno é professor de educação infantil, com mais de 10 anos de formação, atuante na rede pública de ensino, compreende a realidade da falta de estrutura e de investimentos na educação. Envolvido nos processos de lutas da categoria de professores, em defesa de uma educação 100% pública, gratuita e de qualidade. Luta pela questão da preservação do meio ambiente, mas não desde o ponto de vista do “capitalismo verde”, e sim de compreender que esta luta também é uma luta de conteúdo anticapitalista, pois não é o “ser humano” em geral quem destrói o meio ambiente, mas a sede capitalista por lucros. Em sua candidatura se propõe a ser o porta-voz de um coletivo de professores que representará a luta pela defesa da educação dentro da câmara estadual.

Nossa chapa em SC vem completar nossa chapa nacional, com Vera Lúcia, candidata a presidente da República, e Raquel Tremembé, candidata a vice-presidente da República. Vera é operária, negra, mulher e socialista, sendo uma lutadora do movimento operário e de movimentos populares. E Raquel Tremembé, lutadora indígena e nordestina.

A chapa surgiu de um chamado aos lutadores e lutadoras da esquerda para a formação de um Polo Socialista e Revolucionário.

## ***AS DIVERSAS CRISES SÃO UMA SÓ / A PANDEMIA E A CRISE ECONÔMICA***

Os trabalhadores e povos oprimidos, não só no Brasil, mas em todo o mundo, vêm de um período muito difícil, com um acúmulo de crises.

Uma crise econômica que se arrasta há mais de década, com idas e vindas, que se reflete numa queda contínua do poder de compra dos salários e do nível de vida dos trabalhadores, desemprego, falência de pequenos negócios, empobrecimento da classe média etc. Ao mesmo tempo, se reflete numa concentração e centralização enorme do capital, com os muito ricos se tornando ainda mais ricos. Somente em um ano de pandemia, a lista de bilionários do Brasil aumentou em 15%: 40 novos bilionários, dos quais 7 de Santa Catarina! Para estes setores não existe crise. Ao contrário, o que é uma crise para nós, que suportamos aumentos de preço no leite das crianças, demissões, salários de fome, doenças e mortes, para eles significa uma “oportunidade”. É a velha lei enunciada por Marx, da pobreza crescente dos trabalhadores, que afirma que para existirem numa ponta alguns poucos muito ricos, é necessário que na outra haja muitos muito pobres.

A crise da pandemia revelou todas as contradições do sistema em que vivemos, aprofundando a crise econômica e gerando mais sofrimentos e sacrifícios ao conjunto da população, em especial aos setores mais explorados e oprimidos. Centenas de milhares de mortes evitáveis no Brasil e milhões no mundo, resultado de privatizações, desinvestimento, sucateamento e abandono da saúde pública por décadas, em defesa dos interesses de planos privados de saúde e multinacionais farmacêuticas. Os muito ricos se aproveitam desta dor e sofrimento para ampliar ainda mais seus lucros, rebaixando salários, demitindo e reduzindo direitos.

Uma crise ambiental profunda, que coloca em questão a própria existência da humanidade nas próximas décadas, com vários efeitos perceptíveis já nos dias de hoje. Aquecimento global, derretimento das geleiras, acidificação dos oceanos, desertificação de regiões inteiras, extinções em massa de espécies, destruição de florestas e matas, poluição generalizada etc. E suas consequências para os de baixo: chuvas, secas, deslizamentos de terra, ondas mortais de calor, incêndios florestais, crises na agricultura - catástrofes que tentam nos mostrar como naturais, mas que são resultado da ação humana, ou mais exato, da fome por lucros do capitalismo. A própria pandemia é resultado desta crise ambiental, com o avanço das fronteiras agrícolas a regiões antes intocadas, colocando a humanidade em contato com novos patógenos. Os cientistas

afirmam que a questão já não é “se haverá nova pandemia”, mas “quando essa se dará”. Os primeiros casos da varíola do macaco em SC confirmam este prognóstico.

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia incorpora um elemento a mais de barbárie a esta realidade. A maior guerra deste século se dá no meio da Europa. Revela a putrefação do capitalismo, e em especial de alguns regimes em sua periferia, como o de Putin, que ameaça inclusive com armas atômicas a um pequeno país que nunca representou ameaça à Rússia, ao contrário, sempre foi oprimido por essa. A causa da guerra reside exatamente na necessidade de Putin em derrotar o ímpeto de luta do povo ucraniano, que ousa desafiar uma grande potência militar e afirmar seu direito à autodeterminação e independência. Ao mesmo tempo, a União Europeia, os Estados Unidos e a OTAN fazem declarações de apoio à Ucrânia, mas na prática a deixam à mercê das bombas de Putin. E seguem financiando este assassino de inocentes, comprando seu petróleo e gás e se recusando a enviar armas para que a Ucrânia possa se defender. Entregam armas a conta-gotas, o mínimo necessário para que possa frear o avanço russo, mas claramente insuficiente para derrotá-lo. Com esta política cínica, estendem o conflito, para que a guerra mate o máximo de trabalhadores, destrua o máximo de infraestrutura ucraniana, garantindo futuros bons negócios na “reconstrução” da Ucrânia.

O governo Bolsonaro é parte deste crime, ao ter sido o único presidente a visitar Putin nas vésperas da guerra, para levar-lhe “solidariedade”. E Lula conseguiu o feito de culpar os ucranianos e seu governo, por estarem sendo atacados por uma potência estrangeira, ao mesmo tempo em que se cala quanto à responsabilidade criminal de Putin. Iguala desta forma o agredido ao agressor, o oprimido ao opressor.

No meio de toda essa putrefação, se multiplicam ainda a extrema-direita, o machismo, o racismo, a LGBTfobia, a xenofobia, todas as formas mais asquerosas de opressão, a serviço de aumentar a exploração dos trabalhadores e oprimidos.

A grande maioria dos trabalhadores vê cada uma destas crises como um infortúnio à parte, sem compreender que todas elas são simplesmente diferentes expressões de uma mesma crise - a crise do sistema capitalista - que não tem nada mais a oferecer à humanidade além de fome, guerra, peste e morte. Cabe aos socialistas revolucionários explicar pacientemente aos trabalhadores a ligação existente entre cada aspecto desta crise global, para que compreendam que um fim a esta crise global só poderá ser alcançado com os trabalhadores se auto-organizando e tomando o poder em suas mãos, por todo o mundo.

Apesar da confusão nas consciências, a classe trabalhadora, povos e setores oprimidos têm lutado, e lutado muito, por todo o mundo. É nosso dever apoiarmos e construirmos estas lutas e, nestes processos, construir a organização independente da classe trabalhadora e dos oprimidos, necessária para a sua emancipação. É para propagandear estas ideias que o PSTU vem participar destas eleições, sem alimentar nenhuma ilusão de que através do voto nessa democracia para os ricos seja possível mudar alguma coisa. Só a luta muda a vida! Organizar os trabalhadores para lutar contra o capitalismo - fonte de todas as crises e desgraças que se afligem sobre a humanidade,

### **BRASIL**

A submissão do país aos países ricos (imperialismo) está levando o país à decadência, uma verdadeira recolonização. Por determinação dos interesses econômicos estrangeiros, o país foi rebaixado na divisão mundial de trabalho. O Brasil está perdendo peso industrial, com uma desindustrialização cada vez mais intensa. A produção industrial no país caiu 43,8% em 40 anos, enquanto crescia 6,6% no mundo. Cada vez mais o país perde setores industriais e desloca a produção para alimentos e minerais para o mercado mundial.

A burguesia brasileira é completamente associada e submissa às grandes multinacionais. Os grandes fundos financeiros estrangeiros têm um patrimônio no Brasil de 6 trilhões de reais, 80% do PIB do país. Controlam grande parte das grandes indústrias, bancos, agronegócio e comércio. Isso inclui empresas como a Petrobras que, apesar de estatal, é dirigida pelos interesses desses grupos, que controlam partes importantes de suas ações. As multinacionais, só nos últimos 8 anos, enviaram U\$ 370 bilhões de dólares para fora, entre lucros e dividendos. Esse dinheiro poderia ter sido reinvestido no país revertendo a decadência atual. Isso sem falar nos recursos que são canalizados para fora do país através do “pagamento” da Dívida Pública interna e externa.

Não é verdade que “todos sofrem” na crise. Enquanto os de baixo descem, os de cima sobem ainda mais em todo o mundo. Apenas alguns milhares de pessoas, os bilionários donos e acionistas majoritários das grandes empresas, enriqueceram às custas da miséria dos quase oito bilhões de habitantes do planeta. Um por cento da população, os mais ricos, possuem 45,8% de toda a riqueza mundial, enquanto 55% dos adultos detêm apenas 1% da riqueza. Em um único dia, Jeff Bezos, dono da Amazon, ganhou



12,6 bilhões de dólares, o que seria suficiente para pagar um salário-mínimo a 60 milhões de brasileiros!

No Brasil, o número de bilionários também aumentou nesses dois anos. Hoje existem 315 bilionários no país, 42 surgidos durante a pandemia. No total, acumulam um patrimônio de 1,9 trilhões de reais. A fortuna desses bilionários daria um salário-mínimo mensal aos 92,1 milhões de desempregados e subempregados do Brasil por um ano e meio.

Essa é a síntese da barbárie em que vivemos: 315 bilionários de um lado e do outro 92,1 milhões de desempregados e subempregados. Se as grandes empresas fossem tiradas das mãos dessa grande burguesia e colocadas a serviço das necessidades do povo, se poderia, aí sim, mudar esse país.

### ***DEMOCRACIA DOS RICOS***

Estas grandes empresas e bancos controlam as mídias, os grandes partidos, o parlamento. Financiam os partidos da “situação” e quase a totalidade da “oposição” e depois controlam seus programas de governo. Os governos são diferentes em vários aspectos, mas a grande burguesia manda no governo Bolsonaro, mandou em todos os governos anteriores, e seguirá mandando em um possível governo Lula ou qualquer outro que venha a vencer em outubro.

A corrupção está presente em todas as instituições. As grandes empresas corrompem parlamentares, juízes, governos. Os partidos são, muitas vezes, associações de bandidos interessados no controle das verbas públicas.

Nessa “democracia”, os espaços democráticos são restritos. Os trabalhadores são impedidos de se organizar nos locais de trabalho e vivem uma verdadeira ditadura dentro das empresas. As dificuldades impostas pela lei ao funcionamento dos pequenos partidos de oposição, ideológicos e independentes dos capitalistas, são cada vez maiores. Se impõem novas leis “antiterroristas”, para atacar o livre direito de manifestação.

### ***Bolsonaro representa um risco extra de golpe militar***

Pelos motivos citados acima, é absolutamente compreensível o desgaste dessa democracia perante amplas parcelas dos trabalhadores e da população em geral. O desgaste é devido a que esta democracia para os ricos não alimenta, não dá trabalho, salário justo, não educa e não medica decentemente a maioria da população. Na onda

deste desgaste, e de forma bem oportunista, a ultradireita vem se organizando a nível nacional, à sombra do governo Bolsonaro. Existem grupos semifascistas e fascistas, milícias armadas, que podem ser a base armada para uma tentativa de golpe de Bolsonaro. E também podem ser armas usadas pela burguesia para atacar as greves e mobilizações dos trabalhadores.

Como se não bastassem os baixos salários, inflação, desemprego, descaso com saúde e educação etc, Bolsonaro nos ameaça ainda com o risco de um retrocesso democrático, para uma situação em que o povo não possa sequer lutar e se organizar por seus direitos.

Essa “democracia” dos ricos não é a democracia que defendemos. Não defendemos este regime decadente da democracia burguesa. Defendemos uma democracia dos trabalhadores, baseada em conselhos populares diretamente eleitos por local de trabalho. Mas nós defendemos as liberdades democráticas existentes contra as tentativas da extrema-direita bolsonarista de preparar um golpe militar no Brasil. Chamamos os trabalhadores, oprimidos e a juventude a defender as liberdades democráticas contra todas as tentativas de repressão, ao mesmo tempo em que chamamos a não depositar nenhuma confiança nessa democracia dos ricos.

Denunciamos e exigimos a punição dos crimes cometidos contra a população por membros de forças policiais e militares. Defendemos o desmantelamento completo de todo o aparato repressivo contra o povo e a revogação das leis repressivas. Defendemos a desmilitarização/dissolução das PM's, e a dissolução e desarme de todas as milícias bolsonaristas. Defendemos o direito de organização e sindicalização para os membros das Forças Armadas e Polícia Civil, com eleição de seus comandos. Já está claro que se Bolsonaro tentar um golpe, o congresso e a justiça não organizarão nenhuma resistência.

Ao mesmo tempo, a esquerda que se aliou a Alckmin, Dario Berger e Merísio tenta convencer que, para derrotar Bolsonaro, basta juntar-se com quem quer que seja para vencê-lo nas eleições. É um grave engano. Bolsonaro é perigoso no governo e também na oposição.

Dado o provável desgaste de um futuro governo Lula-Alckmin, que não poderá resolver nenhuma das reivindicações mais urgentes do povo, Bolsonaro e as milícias se organizarão na oposição. É necessário desde já construir uma alternativa real ao bolsonarismo, para combatê-lo nas ruas.

A única forma de se resistir a um possível golpe militar é organizando os trabalhadores e as amplas massas. É necessário organizar a autodefesa, pelos próprios

trabalhadores, das suas lutas e organizações contra os ataques das polícias e dos paramilitares da ultradireita. Esta é uma tarefa urgente que deve ser tomada pelos sindicatos, pelos movimentos populares, pelas organizações da juventude, associação de moradores, etc.

### ***O Polo Socialista e Revolucionário***

Ao contrário do que se pensa, há muitos socialistas no Brasil. Mas a maior parte destes, infelizmente, foi convencida pelo PT, PCdoB e PSOL de que votando em coligações com Alckmin, Dario Berger e Merísio se possa resolver a vida dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, há todo um setor de socialistas que não acreditou nessa história, mas que não está organizado, que está nas lutas sindicais, que está no PSOL e outras organizações, mas que é contra a política aplicada por suas direções, que está nas lutas populares, contra as opressões e de juventude.

Nós apresentamos a política do Polo Socialista e Revolucionário exatamente para que estes setores não fiquem órfãos no meio de uma campanha polarizada entre a extrema-direita golpista de um lado, e de outro lado a aliança da esquerda conciliadora com a burguesia dita “democrática”, expressa nacionalmente na chapa Lula-Alckmin. Chamamos estes setores, que são mais amplos do que o PSTU, a construir conosco uma campanha eleitoral conjunta, que reúna os socialistas e que combata o golpismo reacionário de um lado, e a mentira de que é possível um governo junto com a burguesia que melhore a situação dos trabalhadores e da população em geral por outro.

Por essa razão, nesta campanha eleitoral, o PSTU se apresenta como Polo Socialista e Revolucionário, abrindo espaço para outros setores externos ao PSTU, mas que tenham acordo em levar adiante esta luta nestas eleições. Há vários ativistas de diferentes movimentos, militantes do PSOL e de outras organizações que têm se somado por todo o país a esta iniciativa conjunta, para que exista uma candidatura que diga toda a verdade aos trabalhadores.

Esta é a candidatura do Polo Socialista Revolucionário - a candidatura de Vera Lucia para presidente e de Alex Alano e Gabriela Santetti para o governo estadual e de Gilmar Salgado ao senado em SC!

## ***A FRENTE POPULAR***

Até agora, em toda a história brasileira, só tivemos governos da classe dominante, de todos os seus principais partidos. Todos já passaram pelo poder, e mostraram não representar alternativa para a imensa maioria da população. É necessário outro governo, oposto pelo vértice a todos esses que já estiveram no poder. É necessário um governo não dos exploradores, mas dos explorados. Não dos opressores, mas dos oprimidos. Não dos de cima, mas dos de baixo. Não da burguesia, mas dos trabalhadores. Nós trabalhadores, que construímos tudo nesse país, nunca chegamos ao governo.

O PT esteve no governo por 13 anos. Mas, apesar do nome e da aparência, não foram governos dos trabalhadores. Quem governou, na verdade, continuou a ser as grandes empresas, através do PT. Foram aplicados planos econômicos de acordo com as necessidades das multinacionais e da grande burguesia nacional. Os bancos nunca lucraram tanto como durante os governos do PT. E agora o PT e seus satélites, como o PCdoB, querem seguir o mesmo caminho, selando alianças com a grande burguesia para governar. Este é o sentido da chapa Lula-Alckmin. Infelizmente, o PSOL se aliou a este projeto, sacrificando sua independência e se tornando um puxadinho do PT.

Nós defendemos a independência dos trabalhadores em relação a burguesia e seus partidos porque não existe forma de governar para todos. Ou se governa para a burguesia ou para os trabalhadores. A opção do PT foi, na verdade, governar com a burguesia e para a burguesia, mas com um verniz de esquerda garantido por uma onda de crescimento econômico mundial.

Hoje estas forças, ditas “de esquerda”, tentam reconquistar apoio apelando para o fato de que se precisa unir todos para derrotar Bolsonaro. Mas se chegamos a essa situação, em que Bolsonaro, mesmo depois de um governo desastroso, ainda pode concorrer à reeleição, a toda hora ameaçando com um golpe de estado, isso se deve a que as mobilizações pelo Fora Bolsonaro não foram construídas e levadas à frente. Pelo desgaste existente na população com toda a situação, com a pandemia e a crise, é um governo que poderia ter sido derrubado através de mobilizações. Mas PT, PCdoB e Psol, ao invés de apostarem nesta luta, desmobilizaram e mesmo bloquearam a campanha para derrubar esse governo, porque têm outra estratégia: apostam todas as suas fichas nas eleições e não na luta direta. Quando mobilizam, é visando apenas desgastar eleitoralmente o governo e melhor se posicionarem para a corrida eleitoral. A derrubada desse governo pela luta poderia sim ter acontecido, e hoje não estaríamos mais sofrendo os ataques contínuos desse governo e suas ameaças golpistas.

É preciso derrubar Bolsonaro, derrotá-lo na luta. Para isso defendemos a unidade na ação direta com todos os setores. Mas outra coisa completamente diferente é aceitar um governo junto com a burguesia, como propõe Lula.

A burguesia multinacional e nacional no Brasil só está interessada na manutenção dos seus lucros e privilégios de classe. Por isso vai impor a continuidade e o aprofundamento dos elementos de barbárie já existentes, seja qual for o governo burguês eleito. Vai variar a forma, uma parte das medidas será diferente. Mas a superexploração dos trabalhadores, a destruição das forças produtivas, a degradação do meio ambiente e os ataques irão continuar.

Por isso, a independência política dos trabalhadores em relação a todos os setores da burguesia é necessária. A construção de frentes com a burguesia e o discurso de que é possível “governar para todos”, só servem para enganar os trabalhadores e manter a dominação burguesa. Somente uma saída socialista e revolucionária pode mudar o país e colocar suas riquezas à serviço da nossa classe.

Nós defendemos um verdadeiro governo dos trabalhadores, com um programa socialista, de ruptura com a dominação das grandes empresas, apoiado em conselhos populares.

### ***SOCIALISMO***

Nós defendemos com orgulho o socialismo. Sem romper com a dominação das grandes empresas nacionais e multinacionais, o país seguirá ladeira abaixo na decadência em que está. E os elementos de barbárie já presentes na fome do povo, na degradação do meio ambiente e no aumento da violência vão seguir se ampliando.

Os dois anos terríveis da pandemia e crise econômica tornaram a disjuntiva Socialismo ou Barbárie mais presente que nunca. Por isso levantamos a bandeira socialista.

Nós participamos dos processos eleitorais, levamos através das nossas candidaturas uma proposta socialista para o país, para disputar para essa alternativa a consciência da classe trabalhadora, contra as ilusões e mentiras com que a burguesia e o reformismo enganam o povo.

Mas não acreditamos em chegar ao socialismo pelas eleições. As eleições são controladas pelos donos do dinheiro e da grande mídia.



Nós defendemos uma revolução socialista no Brasil e em todo o mundo. Compreendemos a revolução brasileira como parte de um processo latino americano e mundial. Um processo revolucionário no Brasil incendiaria a América Latina e permitiria estender a revolução para o mundo.

Somos nós trabalhadores os que construímos esse país, os que produzimos toda a riqueza e fazemos o país funcionar com o nosso trabalho. Ninguém melhor que nós mesmos para governá-lo.

Rechaçamos a experiência burocrática do estalinismo, que transformou o poder operário surgido da revolução de outubro de 1917 na Rússia em uma ditadura de uma burocracia contra o povo, que acabou levando mais tarde a restauração do capitalismo. Para a propaganda imperialista, assim como para os PCs de todo o mundo, interessam muito dizer que socialismo e stalinismo é a mesma coisa. Mas são opostos: um está baseado na democracia operária para defender os interesses de todo o povo trabalhador, outro em uma burocracia contrarrevolucionária para defender os interesses da própria burocracia que restaurou o capitalismo nos países onde governou.

Só com um novo estado, uma democracia dos trabalhadores, nosso povo poderá viver em uma sociedade que acabe com toda forma de exploração e opressão, onde os recursos naturais do país e a riqueza produzida sejam todas utilizadas para garantir vida digna a todas e todos, onde seja assegurada a preservação do meio ambiente.

Uma sociedade que ponha fim a toda forma de opressão e discriminação, como o racismo, o machismo, a LGBTfobia, a xenofobia etc. Uma sociedade que respeite os direitos dos povos indígenas e das comunidades quilombolas e populações tradicionais, assegurando demarcação, titulação e posse de suas terras e respeitando sua cultura e seu modo de vida. Uma sociedade que acabe com toda a violência contra os setores mais desprotegidos e que assegure a todas e todos não apenas condições materiais para uma vida digna, mas também acesso ao conhecimento, à cultura, ao lazer e a toda liberdade necessária para sua realização plena como seres humanos.

Entre o socialismo e a barbárie capitalista, defendemos o socialismo. Levantamos essa bandeira com orgulho. Ainda somos uma minoria. Mas queremos levar essas bandeiras e essas reflexões para o conjunto dos trabalhadores e jovens desse país.

### ***SANTA CATARINA: TERRA DE DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS SOCIAIS***

Santa Catarina é um estado rico. Somos a 6ª maior economia do país, apesar de

sermos apenas o 11º estado em número de população e de estarmos apenas em 20º lugar em termos de área. Nosso PIB per capita (PIB dividido pela população do estado) é o 4º maior entre os estados brasileiros. Somos o 3º estado do país em participação da indústria no PIB, e tratando-se em especial da indústria de transformação, somos o 2º estado em participação no PIB. A arrecadação de impostos do estado tem batido recordes em cima de recordes. Sendo assim, existem condições para garantir vida digna para o conjunto da população, mas não é isso que acontece.

Quase dois terços dos catarinenses sofre com uma ou mais carências básicas: sem acesso a educação básica, falta de moradia adequada, sem acesso ao saneamento básico, sem proteção social ou acesso à internet. Os dados do saneamento básico e, em especial, da coleta e do tratamento de esgotos são alarmantes.

No mundo do trabalho a situação é ainda pior. Os acidentes de trabalho em Santa Catarina subiram 35% em 2021 em comparação ao ano anterior. No total, foram 38,6 mil registros no ano passado. Já nos óbitos o aumento foi de 59,6% em relação a 2020: foram comunicados 166 óbitos. Nos últimos dez anos (2012-2021), 2.862 mil mortes no mercado de trabalho formal foram registradas em Santa Catarina, que é o quinto Estado com o maior número de acidentes de trabalho do país, sendo que nossa população é apenas a décima.

Os salários no estado também estão, em média, bem abaixo do que é pago nacionalmente. Isso se dá inclusive em setores chave da nossa economia, como a agricultura, a pecuária, as indústrias extrativas, a indústria de transformação e a construção civil. Em 2021 a nossa média salarial foi de R\$ 1.792,00, enquanto a média nacional foi de R\$ 1.921,00. É uma realidade chocante! Vivemos num dos estados mais ricos, com um grande empresariado que lucra muito, mas com um dos mais altos custo de vida e salários miseráveis. Bem abaixo inclusive da média nacional. E essa situação tem se agravado.

Ao quadro ruim formado pelas péssimas condições de trabalho e de salários se soma a deterioração mais geral das condições de vida. Santa Catarina não possui grandes metrópoles, mas acumula os problemas destas. A começar pelo transporte público que é privatizado, com poucas linhas e muito caro. Os serviços públicos, em geral, estão caóticos, incluindo a saúde e a educação públicas. Outro dos principais elementos da crise das grandes cidades é o aumento da violência urbana. O caos na segurança pública é parte da crise econômica capitalista e está relacionado ao aumento da desigualdade social, ao aumento do desemprego, da criminalização das drogas, do sucateamento da Educação pública, da falta de moradias populares etc.

Os trabalhadores e o povo pobre das periferias sofrem com a violência policial, com os despejos, com a violência machista, racista e lgbtfóbica. Enquanto os ricos moram em condomínios com sofisticada vigilância e andam em carros blindados e até helicópteros, os trabalhadores e pobres andam em ônibus lotados, caminham em ruas sem iluminação, são vítimas de assaltos e roubos dos poucos bens que conseguem comprar.

Outra trágica estatística que nos coloca entre os campeões nacionais é a violência contra os setores mais oprimidos da sociedade. Os assassinatos de mulheres seguem em níveis alarmantes. Se você é negro a chance de ser assassinado é duas vezes maior do que se você for branco em Santa Catarina. Os povos indígenas sofrem ameaça e violência constantes contra a vida e sua cultura por parte de fazendeiros e especuladores imobiliários. As LGBTIs continuam sendo assassinadas, e os crimes são acompanhados de tortura e muita crueldade.

A juventude, por sua vez, tem cada dia menos perspectiva de futuro, dado o desemprego, a proliferação de subempregos e o aumento da violência, que tem como maiores vítimas a juventude negra e pobre da periferia.

Desse modo, a opressão se une com a exploração para aumentar a própria exploração, com mulheres, negros, LGBTs e indígenas sendo o maior alvo da violência, do desemprego e dos empregos precários. Isso talvez fique mais evidente se citarmos o exemplo dos haitianos e dos demais imigrantes negros que vieram para o estado. Eles foram recrutados prioritariamente para a agroindústria, a construção civil e as empresas de limpeza.

Dos salários desses imigrantes são constantemente descontados valores referentes a moradias, que são totalmente insalubres, onde 11 adultos chegam a dividir dois cômodos e um único banheiro. São empurrados para os postos de trabalho com os serviços mais pesados e com os maiores índices de acidentes de trabalho.

Apesar dessa realidade, a burguesia catarinense, seus partidos e entidades gostam de propagandar que somos privilegiados, que nosso povo tem boas condições de vida, que nosso estado é próspero, que somos empreendedores. Tudo isso justificado por um flagrante racismo que atribui essas condições ao fato de que Santa Catarina teve uma forte imigração europeia. No governo de Vilson Kleinübing (1991 a 1994), o estado comprava páginas inteiras dos jornais locais para propagandar que Santa Catarina era um estado que fazia fronteira com a Europa. Assim, seria o fato de sermos descendentes

de europeus que explicaria nossa abnegação e capacidade de trabalho, o que, por sua vez, justificaria termos melhores indicadores sociais que outros estados da federação.

Essa ideologia racista amplamente divulgada é mentirosa pois, como vimos anteriormente, na maioria dos aspectos que são mais importantes para os trabalhadores e a juventude pobre, estamos entre os piores estados. Mas há, sim, alguns aspectos sociais econômicos em que nossos indicadores sociais demonstram serem “menos ruins” que na maioria dos estados brasileiros. E isso se deve puramente a nosso desenvolvimento histórico e não à superioridade de alguma raça.

A causa principal disso se deve a termos tido uma colonização baseada na pequena propriedade familiar, o que será também a base para o início de um processo de industrialização local. A não existência generalizada do latifúndio é um fator decisivo para o desenvolvimento do estado. Em Santa Catarina os imigrantes, mesmo que a duríssimas penas, conseguiram acesso à terra, ao contrário do que ocorreu com os negros depois da abolição, que não só foram privados das terras em que trabalhavam como foram em grande maioria expulsos do campo, tendo que sobreviver amontoados de forma precaríssima nas periferias e áreas de riscos das grandes cidades.

A industrialização local também foi um fator diferencial no estado. Enquanto na maioria do país as indústrias eram multinacionais, aqui tivemos um grande desenvolvimento industrial baseado em uma mão de obra abundante altamente explorada. Também a pequena propriedade rural foi um fator decisivo na industrialização. Ela não só criou um mercado para produtos como ferramentas, tecidos, chapéus, moto bombas etc., como propiciou uma enorme oferta de mão de obra barata. O crescimento populacional não permitia que as pequenas propriedades absorvessem todos os descendentes das famílias de pequenos proprietários e estes, em parte, se dirigiam à indústria, mas sem se afastarem das famílias.

Afinal, estamos falando de cidades relativamente pequenas em que essas propriedades ficavam relativamente perto das fábricas, o que permitia deslocamentos cotidianos, na maioria das vezes com sua própria bicicleta. Assim, esse rendimento era quase que complementar, o que permitia que as empresas explorassem ao máximo estes trabalhadores que conseguiam mesmo assim sobreviver por terem se mantido ligados ao campo. Isso também será um fator muito importante para que tenhamos tido tão pouca tradição sindical de lutas operárias no estado.

Os pequenos proprietários também vão ser fundamentais para a indústria, na forma de exploração direta. Esse modelo vai ser a base da agroindústria do oeste

catarinense, em que não só as fábricas exploram terrivelmente os operários e principalmente operárias, como também se assentam sobre uma brutal exploração dos pequenos produtores, que são totalmente controlados por essas empresas. Hoje isso também se dá em grande quantidade para as indústrias têxteis do vale do Itajaí, onde centenas de pequenas fábricas são exploradas por poucas grandes indústrias.

Mas essa industrialização local em grande medida já desapareceu. Parte importante simplesmente faliu e outra parte foi incorporada por grandes grupos nacionais ou estrangeiros. E as que se mantêm, muitas têm parte significativa de seus produtos importados da China. Tornaram-se, em grande parte, empacotadoras e distribuidores destes produtos.

A crise sobre a pequena propriedade é tão grande que boa parte delas simplesmente teve que ser abandonada ou vendida para grupos maiores. Isso tem provocado um esvaziamento no campo e um inchaço na periferia das cidades maiores, com todas as consequências que daí advêm. Assim, vemos a tragédia de dezenas de pequenas cidades do interior catarinense que estão em processo de desaparecimento. Nas últimas décadas vêm desaparecendo as características sócio econômicas que faziam de Santa Catarina um estado com algumas importantes diferenças com os demais.

Para reverter esse quadro de decadência são necessárias medidas urgentes e radicais. Em primeiro lugar é preciso parar as privatizações e terceirizações que só servem para piorar o serviço público e para aumentar a corrupção, favorecendo todo tipo de falcaturia para os governantes e políticos. Em segundo lugar é preciso acabar imediatamente com a farra de subsídios e isenções fiscais dados pelo governo estadual para um pequeno número de grandes empresários. Isso custa ao governo bilhões todos os anos. Esse dinheiro poderia estar sendo usado para apoiar os pequenos proprietários do campo e das cidades, que vivem à míngua, e para fazer uma reforma agrária. Isso sim geraria milhares de novos empregos e assentaria as famílias no campo em condições de vida dignas.

Os pequenos empresários devem perceber que a única saída real para eles é se juntar às lutas dos trabalhadores e da juventude para avançar em suas reivindicações e parar de confiar nas promessas eleitorais dos grandes partidos. Muito menos devem dar ouvidos a falsas promessas da extrema direita como Moisés e Bolsonaro. Estes só governam para os bilionários, deixando os pequenos empresários à míngua, à própria sorte.



Nossas indústrias foram criadas pelo suor dos operários e operárias catarinenses, não podem simplesmente ser fechadas quando estão em crise deixando os trabalhadores em uma situação dramática. As indústrias que fecharem devem ser tomadas pelos trabalhadores, que passem a administrá-las para garantir sua subsistência. E as empresas que ameaçam demitir em massa devem ser paralisadas, juntando todos os funcionários na luta pela readmissão de todos.

Mas a garantia de que Santa Catarina e o Brasil se tornem realmente lugares em que os trabalhadores e a juventude tenham boas condições de vida só ocorrerá quando eles próprios governarem através de conselhos populares, organizados pelos operários nas fábricas, pela população dos bairros pobres e no campo, entre os empregados do agronegócio e os colonos, nos acampamentos e ocupações dos sem terras. Pelos trabalhadores das empresas, pelos os estudantes nas escolas e universidades. Aí teremos verdadeiramente uma democracia para o povo.

### ***O GOVERNO DE CARLOS MOISÉS.***

O governo de Moisés, apesar de ser marcado por várias oscilações, sendo inclusive salvo do impeachment por um voto (que lhe foi dado pelo deputado do PT), foi um governo extremamente reacionário. Foram constantes ataques policiais contra a população pobre e negra das comunidades, assim como às manifestações culturais da periferia, como o Hip Hop e outras, como as da juventude no centro de Florianópolis. Os ataques ao serviço público também foram sua marca e em especial atingiram a saúde pública, sucateada e privatizada de forma escandalosa. Os servidores públicos também saem desse governo em muito pior situação, em especial os aposentados que foram roubados com a reforma da previdência. Foi por fim um governo marcado pelos escândalos de corrupção.

Antes de sofrer os processos de impeachment, seu governo ensaiou um tímido distanciamento de Bolsonaro e uma pequena independência em relação ao grande empresariado do estado. Mas a reação violenta contra ele do empresariado e de Bolsonaro teve como grande porta-voz a ampla maioria dos deputados da ALESC, que abriu os dois processos de impeachment. Para se manter no governo, Moisés se rastejou ante essas três forças. Fez todas as concessões possíveis e imagináveis à assembleia legislativa e ao grande empresariado do estado. Ante Bolsonaro se humilhou ainda mais, pois esse nunca o perdoou totalmente apesar de também tê-lo ajudado a se manter no cargo.

Esse movimento se manifestou de forma dramática na mudança vergonhosa de postura frente à pandemia. Ele começou como o governador que promoveu a quarentena mais forte, ainda que totalmente insuficiente, dos estados brasileiros, para depois se tornar um dos mais fervorosos defensores da política de Bolsonaro, o que significou a morte desnecessária de milhares de catarinenses. Não devemos ter dúvida: apesar dessa pequena oscilação, esse foi um governo bolsonarista. E hoje sua candidatura à reeleição também é uma candidatura com o formato atual do governo Bolsonaro, com sua total ligação com o Centrão.

Carlos Moisés era um total desconhecido, que se elegeu surfando uma imensa onda de revolta que existiu nacionalmente contra a corrupção, o regime político e o governo do PT, e que se refletiu com força em Santa Catarina. Onda de revolta que já havia se expressado de forma explosiva nas gigantescas mobilizações de 2013. Dilma, então no poder, ainda conseguiu se reeleger, com um discurso de que não iria governar para banqueiros e grandes empresas. Mas, depois de eleita, fez exatamente o oposto. A justa indignação popular não só abriu as portas para o seu impeachment (uma manobra reacionária para empossar seu vice Michel Temer e trocar seis por meia dúzia), como para a posterior eleição de Bolsonaro e de Moisés.

Outro fator fundamental para a eleição de Moisés foi o justíssimo ódio dos trabalhadores e da juventude contra os políticos tradicionais. É bom lembrar que Moisés enfrentou no 2º turno em 2018 Gelson Merísio, que era presidente da desacreditada Assembleia Legislativa (Alesc). E, portanto, um símbolo dos políticos da burguesia, daqueles mesmos que sempre governaram o Estado.

Assim, podemos dizer com toda a certeza, que a eleição de Moisés (assim como a de Bolsonaro) foi um resultado distorcido da justíssima raiva da população catarinense com os políticos de sempre, e com o governo do PT a nível nacional. É isso que vai explicar porque mesmo cidades que tradicionalmente votavam “mais à esquerda”, como é o caso de Criciúma, foram as campeãs de votos em Bolsonaro/Moisés. A burguesia catarinense tenta esconder este caráter amplo de protesto iniciado em 2013, reduzindo-o à uma indignação exclusivamente contra o PT, e não ao conjunto dos partidos e do sistema. Por outro lado, PT, PCdoB e PSOL tentam negar esse caráter de protesto, resumindo tudo a uma conspiração da direita, da CIA etc, contra um governo supostamente “popular”. Tudo ao contrário! Não é por um suposto caráter reacionário do povo catarinense, mas justamente por uma violenta reação deste povo a todo o sistema,

esse sim reacionário, opressor e explorador vigente, do qual infelizmente o PT e seus satélites há tempos passaram também a fazer parte.

### ***AS CANDIDATURAS DA DIREITA TRADICIONAL***

Esperidião Amin, que vem da ditadura militar, foi durante todo o governo base fiel de Bolsonaro. Mas ele, além de Moisés, enfrenta no mínimo mais duas candidaturas nesse campo. A de Jorginho Mello, que é da tropa de choque de Bolsonaro e que cumpriu um triste papel de tentar impedir o funcionamento da CPI que apurou as falcaturas do presidente; e Gean Loureiro, que como prefeito de Florianópolis se notabilizou por seus constantes ataques ao serviço público, ao funcionalismo municipal e seu sindicato. Dessa forma, as principais forças da direita tradicional, assim como a burguesia, estarão no campo do bolsonarismo. Mas também aqui em SC existe um importante setor da direita que sai aliado ao PT e a Lula. Isso se concretiza na chapa encabeçada por Décio Lima (PT) da qual participam importantes nomes tradicionais da direita como Dário Berger e Merísio.

Essa chapa trará muita confusão entre os trabalhadores e a juventude lutadora. Muitos serão atraídos pelo fato de verem nela a possibilidade de derrotar a direita. Mas a própria composição da chapa, sem falar de seu programa de governo, já deixa claro que eles vão governar como a direita tradicional. Isso infelizmente se tornou uma regra. Mesmo onde o PT não consegue se aliar a estes setores, governa da mesma forma. Governa para garantir os lucros dos milionários e para que a classe trabalhadora não se rebele e lute contra esse sistema opressor que nos sufoca. E quando o capitalismo está em crise, atacam duramente os trabalhadores como fez Dilma. Décio Lima do PT, que encabeça essa chapa, quando prefeito de Blumenau, também em nada importante se diferenciou dos demais prefeitos dos partidos da direita.

O PSOL, que chegou a representar uma esperança para os trabalhadores e jovens, ao ter sua fundação baseada em parlamentares que romperam com o PT por discordarem dos rumos do governo Lula, hoje faz o caminho inverso, e cada dia mais se confunde com o próprio PT. A nível nacional apoiam a candidatura Lula/Alckmin já no primeiro turno, e em SC serão parte do chapão Décio Lima/Dário Berger/Merísio.

Portanto coube ao PSTU lançar a única candidatura socialista e ligada à luta dos trabalhadores, sem nenhuma vinculação com a direita e com a classe dominante. Sabemos que as mudanças que interessam à classe trabalhadora e aos setores mais oprimidos da

sociedade só serão possíveis quando eles próprios governarem, acabando com os privilégios dos ricos e poderosos, para que as riquezas que produzimos com o nosso trabalho venham em nosso benefício.

Por uma alternativa socialista e revolucionária! Santa Catarina e o Brasil precisam de uma Revolução Socialista para garantir Emprego, Salário decente, Direitos e Vida digna para os trabalhadores e a juventude pobre!

Nossas candidaturas concorrem às eleições para dizer aos trabalhadores e à juventude que a saída para a terrível situação que vivemos não vai se dar pelas eleições. Que não adianta nos iludirmos que um governo de Lula/Alckmin ou Décio Lima/Dário Berger/Merísio, junto com todos esses políticos de direita e governando para os ricos irá resolver algo, porque um novo fracasso, inevitável, desse governo poderá fortalecer ainda mais a ultradireita e seu projeto golpista. Participamos das eleições para ajudar a preparar o caminho para uma nova sociedade, socialista, que irá ser construída com a luta e a organização dos de baixo contra os de cima e seus governos.

Somente uma rebelião dos trabalhadores e do povo pobre contra os privilégios dos ricos e dos poderosos pode criar as condições para romper com o quadro profundo de desigualdades e injustiças sociais que só vêm se agravando em nosso país e em nosso estado nos últimos anos com a crise criada pelo capitalismo.

# PROPOSTAS DO PSTU





## **CONHEÇA NOSSAS PROPOSTAS PARA SANTA CATARINA E O BRASIL!**

As propostas que aqui apresentamos partem de um entendimento básico de que as trabalhadoras e os trabalhadores podem e precisam governar, e que só assim seus problemas serão resolvidos. De que é preciso se levantar contra toda injustiça e desigualdades sociais. As greves de trabalhadores, as manifestações populares e estudantis, as batalhas de hip-hop, as aldeias indígenas, os Slams e as ocupações de sem-teto e sem-terra são o ponto de apoio para a construção de um projeto socialista e revolucionário para o Brasil e Santa Catarina.

O primeiro passo de um legítimo governo socialista dos trabalhadores é mudar radicalmente a política econômica, suspendendo o pagamento das dívidas públicas, acabando com as desonerações fiscais e financiamentos subsidiados aos grandes empresários, estatizando sob controle dos trabalhadores o sistema financeiro e as grandes empresas que mandam no estado e no país, além de reestatizar sob controle dos trabalhadores o que já foi entregue para a iniciativa privada. Essas medidas são importantes para que seja garantida a existência de recursos para investir nas áreas sociais e de infraestrutura. Para que de fato o dinheiro chegue aonde precisa ser investido. Sem a mobilização e organização da classe trabalhadora e do povo pobre nada disso será possível. Só um governo socialista dos trabalhadores formado por conselhos populares pode sustentar essas medidas.

**1. É PRECISO INVERTER AS PRIORIDADES** para resolver o problema dos baixos salários, do desemprego, da saúde pública, do caos nos serviços públicos, da falta de moradia, do descaso com a educação pública, da falta de saneamento básico e os demais problemas sociais.

A pandemia escancarou que para a burguesia, o lucro está acima das vidas. Nós do PSTU achamos que deve ser o contrário, as nossas vidas é que estão acima do lucro! É por isso que defendemos:

a. O fim das isenções fiscais aos grandes empresários e do pagamento da dívida pública aos banqueiros. Defendemos a cobrança das dívidas dos grandes devedores de tributos e o perdão das dívidas junto aos bancos dos pequenos devedores. Pelo fim da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo fim dos financiamentos subsidiados aos grandes empresários e pelo fim dos cargos comissionados.

Os números do desemprego em Santa Catarina e no Brasil aumentaram absurdamente nos últimos anos, principalmente com o avanço da pandemia. Ainda que tenha havido uma recuperação, de modo geral ainda há um grande número de desempregados no Estado. Somente em 2020, foram 1.739.787 de catarinenses beneficiários do Auxílio Emergencial e 1.390.111 que receberam a Extensão do Auxílio. Ainda que tenha sofrido uma queda (principalmente em função da alteração nas políticas de concessão do auxílio), em 2021 eram 963.988 catarinenses elegíveis a receberem o Auxílio Emergencial. Esses dados revelam a dura realidade vivida pelas famílias da classe trabalhadora do Estado, obrigadas a sobreviver cada dia com menos renda.

Para a garantia de uma vida digna, defendemos algumas medidas que aumentarão o número de postos de trabalho com renda digna:

b. Por um plano de obras públicas, controlado e fiscalizado pela classe trabalhadora em conselhos populares, para suprir as enormes deficiências de infraestrutura para a maior parte da população. Um plano para construir hospitais, postos de saúde, escolas e creches, casas populares, obras de saneamento, investimentos preventivos e para socorro contra as enchentes, vendavais e secas. Obras de infraestrutura necessárias para o povo, e desta forma, gerar emprego e renda.

c. Revogação dos ataques à classe trabalhadora com as reformas neoliberais realizadas nas últimas décadas, de Collor a Bolsonaro. Defendemos a revogação das reformas da previdência de Collor, FHC, Lula e Dilma, Temer, revogação da reforma trabalhista, da lei das terceirizações, das restrições ao seguro desemprego, ao abono do PIS e a outros direitos, da Emenda Constitucional que congelou gastos com saúde, educação e demais áreas sociais por 20 anos, da reforma do ensino médio e da base nacional comum curricular. Revogação dos ataques realizados por Colombo, Pinho Moreira e Moisés, a exemplo da recente reforma da previdência, dos ataques ao plano de carreira do magistério e contra as demais categorias do serviço público.

d. Não à reforma da previdência! Defendemos uma previdência pública solidária e por repartição que garanta integralidade das aposentadorias, paridade e dignidade. Defendemos a cobrança dos grandes sonegadores da previdência social.

e. Demitiu, parou! Fechou a fábrica ou a empresa, ocupou! Seguro-desemprego de dois anos, redução da jornada de trabalho sem redução de salários e estatização sob controle dos trabalhadores das empresas que demitirem em massa, a exemplo da agroindústria no estado. – Por reajuste mensal de salários de acordo com a inflação do mês anterior

f. Para combater o flagelo do desemprego, defendemos também lutar e mobilizar a classe trabalhadora pelo seguro-desemprego de dois anos no mínimo e a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem redução de salários.

g. Aumento geral de salários rumo ao salário mínimo proposto pelo DIEESE de R\$ 6.527,67.

h. Auxílio emergencial no valor de um salário mínimo para aqueles que estão desempregados ou em trabalhos informais.

i. Contra a precarização e uberização do trabalho!

j. Revogação das privatizações e terceirizações dos serviços públicos e das empresas públicas. Defendemos CELESC, CASAN, SC GÁS, CIASC, EPAGRI e CIDASC 100% públicas e sob controle dos trabalhadores. Somos contrários à privatização da Petrobrás, Eletrobrás, Correios e demais estatais.

### ***COMBATE À FOME***

As famílias catarinenses não estão longe de viver a insegurança alimentar e a fome. Pelo contrário, só em 2018 cerca de 1 milhão de catarinenses viviam algum grau de insegurança alimentar, sendo cerca de 150 mil pessoas em situação de fome (insegurança alimentar grave). Para combater a fome, defendemos:

- a. Medidas concretas para pleno emprego e renda digna;
- b. Construção de restaurantes populares;
- c. Investimentos para fomentar a agricultura familiar;
- d. Congelamento dos preços dos alimentos, fim dos impostos sobre produtos básicos de alimentação, como o leite.

## ***2. EM DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS DAS MULHERES, NEGRAS E NEGROS, INDÍGENAS, LGBTQs E IMIGRANTES POBRES.***

Os efeitos da crise econômica, da pandemia, das políticas de ajuste fiscal e do aumento da violência atingem mais gravemente as mulheres, negras e negros, indígenas, LGBTQs e imigrantes pobres. Por isso defendemos:

### ***MULHERES***

- a. Salário igual para trabalho igual;
- b. Fim da dupla jornada e socialização do trabalho doméstico;

- c. Fim da violência contra a mulher: uma política para combater os feminicídios e a violência sexual. Punição exemplar aos agressores e direito à autodefesa. Por mais segurança para as mulheres ao andar nas ruas, com iluminação pública, calçamento de ruas e limpeza de terrenos baldios;
- d. A aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha. Construção de Casas Abrigo e Centros de Referência para as mulheres vítimas de violência.
- e. Construção de NEIs (creches) com horário integral, para que nenhuma criança fique sem creche e nenhuma mãe sem emprego.
- f. Medidas concretas para combater a dupla ou tripla jornada das mulheres como a construção de lavanderias, restaurantes públicos e centros de convivência de idosos;
- g. Em defesa do direito a decidir, legalização e descriminalização do aborto;
- h. Direito ao exercício da maternidade. Licença-maternidade de seis meses. Licença paternidade de 45 dias;
- i. As mulheres negras são ainda mais exploradas e mais oprimidas. Isso não pode ser esquecido pelas mulheres brancas e pelos homens da classe trabalhadora;
- j. Unidade entre homens e mulheres trabalhadoras contra o machismo e a exploração;

### ***NEGRAS E NEGROS***

- a. Combater o genocídio da juventude negra e o feminicídio das mulheres negras;
- b. Reparações já!
- c. Desmilitarização da Polícia Militar!
- d. Formação de conselhos populares de segurança pública;
- e. Chega de guerra aos pobres! Pela legalização e descriminalização das drogas sob monopólio e controle estatais!
- f. Salário igual para trabalho igual!
- g. Pelo direito à autodefesa de negros, indígenas, mulheres e todos os trabalhadores.
- h. Direito a emprego e moradia! Revogação de todas as medidas neoliberais de Pinho- Moreira, Colombo e Moisés!
- i. Fim do racismo religioso! Chega de perseguições às religiões de matrizes africanas!

- j. Titulação das terras de remanescentes de quilombolas.
- k. Aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/08, que instituíram a obrigatoriedade das disciplinas de História da África e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas instituições de ensino brasileiras;
- l. Estabelecimento do 20 de novembro como feriado em todo o Estado de Santa Catarina;
- m. Atenção médica às enfermidades com maior incidência entre negros e negras, como anemia falciforme, diabetes, miomas, hipertensão, dentre outras;
- n. Por uma política estatal e “humanizada” de saúde mental, cujos distúrbios, em função das péssimas condições de vida e o impacto psicológico e emocional da opressão, têm aumentado entre negros e negras.

### ***IMIGRANTES***

- a. Direito à dupla cidadania para haitianos, venezuelanos e todos os imigrantes que vêm para Santa Catarina! Punição rigorosa para todo crime de xenofobia e/ou racismo;
- b. Defesa do trabalho, da moradia e da vida digna para todo trabalhador e trabalhadora imigrante;
- c. Pleno direito à sindicalização.

### ***INDÍGENAS***

- a. Demarcação e homologação dos territórios indígenas;
- b. Autonomia política das comunidades indígenas;
- c. Reparações já!
- d. Interrupção imediata dos projetos hidrelétricos que impactam as comunidades indígenas;
- e. Fim do latifúndio e do agronegócio, em defesa da vida e das culturas indígenas;
- f. Garantia de Ensino diferenciado;
- g. Políticas de permanência para os povos indígenas nas universidades;
- h. Garantir condições efetivas para a produção familiar nos territórios indígenas;



- i. Políticas para garantir a segurança das mulheres indígenas nas aldeias e na cidade (Delegacia da Mulher, com atendimento diferenciado, respeitando a diversidade da língua e da cultura das mulheres indígenas);
- j. Saúde diferenciada e de qualidade e para a mulher indígena;
- k. Defesa do Aquífero Guarani! Água não é mercadoria!
- l. Não ao marco temporal!

### ***LGBT***

- a. Criminalização da LGBTfobia;
- b. Campanhas que combatam o preconceito e a discriminação;
- c. Amplo atendimento médico e psicológico às vítimas de violência, construção de casas abrigo, investigação hábil e punição aos agressores;
- d. Fim da exclusão, da discriminação no mercado de trabalho e do desemprego impostos pela LGBTfobia;
- e. Abaixo à repressão policial LGBTfóbica!
- f. Respeito à identidade de gênero na saúde, nas instituições de ensino, nos presídios e em todos os espaços sociais;
- g. Direito ao nome social de transexuais, transgêneros e travestis, sem burocracia;
- h. Acesso amplo à saúde para transexuais, incluindo o direito à cirurgia de redesignação sexual e a tratamentos hormonais pelo SUS;
- i. Educação pública que respeite a diversidade de identidade de gênero e a orientação sexual e garanta o livre e seguro desenvolvimento e exercício da sexualidade;
- j. Estado laico de fato: abaixo a intervenção religiosa sobre os direitos de LGBTs;
- k. Pelo direito à União Civil.

### ***3. GARANTIR SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICAS DE QUALIDADE***

A crise do capitalismo escancarada durante a pandemia mostrou que para a burguesia, cada vez mais, a saúde e a educação são mercadorias. Ao invés de garantir a vacinação o mais rápido possível para a população, o governo Bolsonaro atrasou a compra de vacinas na tentativa de arrancar propina das indústrias farmacêuticas, provocando a morte de pelo menos 300 mil brasileiros de uma doença para a qual já havia vacinas eficazes.

Por outro lado, o setor da Educação sofreu com o avanço do ensino remoto e da Educação à Distância. Durante a Pandemia, os filhos da classe trabalhadora que não tinham e não tiveram acesso às tecnologias sofreram com a falta de acesso à educação, acentuando ainda mais a desigualdade no ensino. Além disso, o Governo impôs cortes e mais cortes dos orçamentos da área, como sofrem ano após ano as Universidades Federais, além da tentativa de projetos absurdos como de *homeschooling*, que é mais uma tentativa de acabar com a Educação Pública e de qualidade para os filhos da classe trabalhadora.

Isso ocorre porque toda a política deste Estado burguês está voltada para os interesses do mercado segundo a lógica neoliberal. A reforma do Ensino Médio, por exemplo, retira do currículo básico disciplinas importantes para a formação integral do estudante para substituir por matérias de aplicação prática imediata conforme a necessidade do mercado. O efeito disto é o contrário do que prometem: ao invés de o Ensino Médio ser uma plataforma de lançamento para uma formação superior de qualidade, passa a ser um teto intransponível que forma mão de obra barata para o mercado. Afinal, com tantos técnicos em oferta, os salários tenderão ao mínimo. Como já acontece com muitos formados em diversas faculdades que não encontram emprego na área e são subempregados.

Além disso, a exigência de tempo integral para o Ensino Médio irá provocar, em curto prazo, o aumento da evasão escolar. A precarização do trabalho e os baixos salários obrigam os jovens a ingressarem no mercado cada vez mais cedo para complementar a renda familiar. Nesse caso, entre escola e trabalho, a necessidade material vem primeiro. Sabemos que o governo ofereceu uma falsa solução para isso com a possibilidade de 40% do ensino se dar de forma remota. Contudo, como esperar que jovens que trabalham e estudam todos os dias tenham tempo de qualidade para estudar além da forma presencial? Mais uma vez a tendência será atribuir o fracasso do sistema ao próprio estudante.

Precisamos reverter esses processos se quisermos garantir Saúde e Educação públicas de qualidade para todos.

### ***Defendemos:***

a. Dobrar o orçamento estadual da Saúde para dotá-lo das condições necessárias para oferecer atendimento de qualidade e acabar com as filas, inclusive de médicos especialistas.

- b. Dobrar o orçamento estadual da Educação no estado para garantir vagas para todas as crianças também com qualidade, e nas creches e escolas públicas.
- c. Lutar pelo investimento nacional de 10% do PIB na área da saúde e mais 10% do PIB na área da educação. Investimento público somente para a área pública e estatal.
- d. Lutar pela garantia de uma saúde 100% SUS, gratuita e de qualidade. Retomar para o SUS o controle do Hospital Florianópolis e demais unidades de saúde públicas que foram entregues para as entidades privadas comandarem. Garantir atendimento estadualizado de saúde em seus diferentes graus de complexidade.
- e. Ampliação das unidades de atenção e hospitais gerais e pediátricos públicos e dos leitos de UTI para garantir atendimento às famílias!
- f. Estatização das grandes redes de educação e da saúde privada. Saúde e educação são direitos. Não podem ser mercadorias.
- g. Não às privatizações e implantação de OSs (Organizações Sociais), fundações privadas e terceirizações na saúde, na educação e nas demais áreas dos serviços públicos.
- h. Pela valorização dos trabalhadores da Saúde e da Educação no estado com o atendimento de suas pautas de reivindicações. Abertura de concursos públicos.
- i. Pela revogação do atual plano estadual de Educação e pela construção de um plano que garanta investimento público para a Educação pública!
- j. Pelo imediato cumprimento da lei 11.645/08 que determina o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, com contratação de professores especializados e recursos para materiais didáticos! Por uma educação de gênero, inclusiva e diversa!
- k. É preciso também garantir democracia nas escolas para que professores, estudantes e demais membros da comunidade escolar possam debater e decidir o projeto pedagógico, a gestão pública da escola e eleger diretamente sua direção. Combatendo assim projetos retrógrados e autoritários como o “Escola sem Partido”, evitando a evasão escolar, aumentando a qualidade do ensino público.
- l. Não ao projeto "Escola sem Partido"! Esse projeto surge para colocar uma mordaza na educação para que não seja democrática, crítica e transformadora. Vem com o objetivo de criminalizar as lutas da educação pública, a exemplo das ocupações secundaristas e as greves do magistério.
- m. Não à política de militarização das escolas!

- n. Garantia de alimentação nas escolas! Ninguém aprende de barriga vazia!
- o. Combate à insegurança alimentar: que os alunos tenham uma alimentação de qualidade, nutricionalmente correta, incluindo alimentação ao chegar na escola, lanche e almoço ou janta;
- p. Paridade do custo-aluno na Educação Básica, atendendo à reivindicação de estudantes e trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos. Não ao fechamento de vagas nos CEDUPs! Pela ampliação e melhorias dos CEDUPs!
- q. Por uma UDESC 100% pública e gratuita! Defesa de sua autonomia universitária e por democracia na instituição: voto universal, já! Por uma gestão tripartite entre estudantes, trabalhadores e professores da UDESC! Os órgãos colegiados devem ter representação paritária! Cotas étnico-raciais em todos os Programas de Pós-Graduação da UDESC, já! Transparência nos processos seletivos da UDESC! Por uma política de permanência estudantil na UDESC com bolsas, restaurantes, moradias e materiais didáticos!
- r. Estatização e federalização das instituições privadas de ensino superior do sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE);
- s. Não à implantação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular que determina a obrigatoriedade apenas de português e matemática nos currículos do ensino médio e até 40% pode ser ensino à distância!
- t. Por uma educação e desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas. Abaixo o negacionismo!

#### **4. MORADIA**

A especulação imobiliária, a alta da inflação e o desemprego levaram milhares de famílias da classe trabalhadora a viverem em situações cada vez mais precárias e nas ruas. Nós entendemos que as ocupações de casas, prédios ou terrenos inutilizados são mais do que justas para que nenhum trabalhador ou trabalhadora e suas famílias fiquem sem ter onde morar. Só em Santa Catarina o déficit habitacional é de mais de 260 mil moradias! Por isso, defendemos:

- a. A regularização das ocupações do povo trabalhador e oferecimento por parte do poder público de alternativas de moradia digna para os que vivem em áreas de risco. Não à repressão das ocupações;
- b. Incentivar Planos Diretores nos municípios, construídos democraticamente pelas comunidades e organizações da classe trabalhadora, com

recuperação de áreas degradadas, praias e a preservação de áreas verdes e com criação ou manutenção de parques e áreas públicas;

c. Dar a função de moradias populares a prédios, casarões e edificações que se encontram inutilizadas por um período maior do que 2 anos. Estes imóveis devem ser tomados pelas administrações municipais e reformados para servirem como moradias ou espaços públicos, de cultura, educação e lazer. Estes imóveis devem ser de propriedade pública e serem destinados ao aluguel social, por um preço justo, nunca superior a 1/3 da renda dos que necessitam. Não à venda de imóveis públicos!

d. Criar uma empresa estatal de obras para garantir a construção de moradias populares faltantes e obras de infraestrutura, a baixo custo.

e. Contra a construção de moradias populares em locais remotos e sem infraestrutura urbana, como fez o programa “Minha Casa Minha Vida”. Garantir transporte público, asfaltamento, saneamento básico e infraestrutura de saúde, educação, transporte e outros serviços públicos decentes para esses bairros onde já existem moradias populares.

## **5. ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A Assistência Social é uma política pública implementada através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2005. Faz parte da Seguridade Social integrando o tripé Saúde, Previdência e Assistência Social. Esta política não tem caráter contributivo e é voltada para aqueles/aquelas que dela necessitarem, sendo articulada a outras políticas públicas.

A conjuntura atual, com o corte de verbas públicas trazida pela Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, a Reforma Trabalhista, entre outras medidas que afetam duramente a classe trabalhadora, principalmente a mais pauperizada que necessita deste acesso, traz uma demanda maior para a política de Assistência Social. No entanto, na contracorrente dos fatos, esta política também sofre efeitos desastrosos com a redução de verbas, com a redução dos benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passa a estreitar ainda mais o critério de acesso, com critérios comprobatórios ainda mais vexatórios para os usuários.

A regra geral dos governos, quando se trata da Política de Assistência Social e do corte dos recursos públicos para esta área, é culpabilizar a população pobre pela sua condição de pobreza, tornando o discurso oficial sobre os benefícios da Assistência Social

como mero assistencialismo e não como direito. Desta forma, tentam jogar a culpa pela pobreza no indivíduo e não no sistema capitalista que gera a pobreza.

No que se refere a organização dos municípios, a política de assistência social se estrutura através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) que devem atender à proteção social básica e especial de média e alta complexidade. Os ataques às políticas públicas afetam também os CRAS, os CREAS e os/as trabalhadores/ras que neles atuam através das péssimas condições de trabalho, do arrocho salarial, da precarização na forma de contratação, das demissões em massa etc. Para enfrentar esta dura realidade os/as trabalhadores/as da Assistência Social se somam nas mobilizações do conjunto da classe trabalhadora, a exemplo da greve do serviço público municipal no início de 2018 em Florianópolis, que se enfrentou diretamente contra a implantação da privatização de serviços públicos via Organizações Sociais (OSs). Os profissionais de serviço social estão na luta pela defesa das políticas públicas de Assistência Social e em defesa do serviço público.

Entendemos a Assistência Social como uma política conquistada pela classe trabalhadora. Entendemos também que vêm e vão governos e estes desconstróem a visão de política pública, defendendo a ideia de que a Assistência Social deve ser uma caridade oferecida na lógica de critérios que humilham o usuário, fortalecendo assim a ideologia de criminalização da pobreza.

Ao contrário desta lógica politiqueira atribuída à Assistência Social que a desconstrói como processo construído pelos/pelas trabalhadores/as na luta por melhores condições de vida, defendemos a Assistência Social como uma política pública garantida pelo Estado com verbas públicas, já que estes recursos fazem parte da riqueza construída pelos/pelas trabalhadores/as.

***Defendemos:***

- a. Ampliação dos recursos orçamentários para a área;
- b. Reestruturação dos CRAS e CREAS para que sejam espaços públicos que fortaleçam as lutas coletivas;
- c. Criação de espaços de controle social para discussões e decisões coletivas sobre a Política;
- d. Qualificação na implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, com ações básicas e específicas integradas, conforme a necessidade da população;



- e. Fim da terceirização da Assistência Social, com a contratação de todos os profissionais através de concurso público;
- f. Valorização do/da profissional de assistência social, com salário digno, programa de capacitação continuada e plano de carreira;
- g. Criação de casas-abrigo, para as mulheres e crianças vítimas da violência doméstica, com estrutura e atendimento interdisciplinar, além do pagamento do aluguel social;
- h. Investimentos nas estruturas dos projetos com equipes interdisciplinares para acompanhamento das crianças vítimas da exploração sexual.
- i. Implementar políticas geradoras de trabalho com empregos formais e políticas sociais universais como saúde, habitação, saneamento básico, educação, como consta dos demais tópicos do programa.
- j. Emergencialmente instituir uma cesta básica mensal para as famílias que necessitam, e restaurantes populares nos bairros vulneráveis socialmente.

## ***6. EM DEFESA DAS REFORMAS URBANA E AGRÁRIA. EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE.***

Os padrões de desenvolvimento nas cidades que são impostos pela especulação imobiliária e as políticas de desmonte de serviços essenciais vêm trazendo impactos sociais e naturais profundos e resultam na acentuação de desigualdades e na ocupação desordenada do espaço urbano. Situação semelhante existe no campo, com a imposição de padrões capitalistas de desenvolvimento devido ao peso do agronegócio e que vêm impondo a concentração das terras, destruição da natureza, aumento da violência e a utilização de grandes quantidades de agrotóxicos e sementes transgênicas sem garantias científicas sobre o impacto ao meio ambiente e aos seres humanos. Em relação a isso, defendemos:

- a. Reforma urbana ampla e radical que destine terrenos e imóveis de especuladores para as famílias sem teto e para outras utilizações sociais.
- b. Reforma das ruas, praças, parques, becos e vielas das cidades; iluminação, rede wi-fi gratuita por todas as cidades, infraestrutura de áudio e vídeo para todas as praças e parques (priorizando as localizadas nas periferias) e que desenvolva a realização permanente de atividades culturais, de esporte, lazer e formação, inclusive noturnas, dando a estes espaços vida e fortalecendo experiências de socialização entre as pessoas.

- c. Reforma agrária, já! Defesa do emprego, dos salários e direitos para os operários agrícolas. Acesso ao crédito barato para os pequenos produtores.
- d. Fim do desmatamento! Em defesa da nossa fauna, flora e rios.
- e. Revolução agrária, já! Estatização sob controle dos trabalhadores do agronegócio que tem sua produção voltada para o mercado internacional e não para atender as necessidades do povo brasileiro!
- f. Estatização sob controle dos trabalhadores das grandes empresas que cometem crimes ambientais!
- g. Por um plano de saneamento ambiental estadual, que seja debatido e deliberado democraticamente pelos trabalhadores e o povo pobre nos conselhos populares, visando à universalização do seu acesso.
- h. Não à privatização da CASAN e da água. Reversão dos processos de municipalização do saneamento básico que abriram caminhos para a privatização dos serviços e maior poluição. Por uma CASAN 100% estatal e controlada democraticamente pelos trabalhadores. Não à privatização dos serviços de coleta de lixo e de melhoramentos nas cidades.

## ***7. TRANSPORTE COLETIVO, INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE.***

### ***Transporte Coletivo***

- a. Tarifa única valendo para o dia todo. Redução da tarifa, rumo à tarifa zero. Criação de mais linhas e horários. Garantir integração intermunicipal nas regiões metropolitanas.
- b. Estatização do transporte coletivo sem indenização e sob controle dos trabalhadores do transporte e usuários.
- c. Estabilidade no emprego e valorização dos trabalhadores do transporte. Contra as demissões de cobradores e pela reversão das demissões que ocorreram durante a pandemia. Admissão de cobradores onde a função não existe mais.
- d. Investimento público para a implantação de alternativas de transporte público, como o marítimo e sob trilhos, e pela instalação de ciclovias seguras, de acordo com a realidade dos municípios. Todos 100% públicos e gratuitos.

### ***Infraestrutura:***

- a. Verbas para as melhorias e projetos de duplicação necessários das rodovias. Fim dos pedágios e a reversão dos processos de privatização das rodovias!
- b. Defendemos investimentos para construir novos modais de transporte, a exemplo das ferrovias e transporte marítimo, e que não deixem o país refém somente do modelo rodoviário. Defendemos a aplicação anual de 2% do PIB nos transportes, onde o estado de Santa Catarina participaria desse investimento de acordo com sua participação na arrecadação dos tributos que existem no país. Acreditamos também que toda essa ampliação da infraestrutura tem que se dar respeitando os direitos e as terras indígenas e quilombolas, assim como a preservação da natureza e suas reservas.
- c. Defendemos um projeto de ferrovias que tenha como prioridade o transporte de passageiros por todo o estado e que atenda a diversidade econômica do estado.

### ***Acessibilidade às pessoas com deficiência:***

- a. Garantir verbas e projetos de acessibilidade para que as pessoas com deficiência possam ter condições de alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, os espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, as edificações, os transportes e os sistemas e meios de comunicação, atendendo às exigências já presentes na legislação vigente e atendendo também às reivindicações próprias do setor.
- b. cotas em todos os concursos públicos para pessoas com deficiência; investimento em Educação e Saúde 100% públicas, com contratação de profissionais que atendam às suas necessidades.

## ***8. PREVENÇÃO AOS EFEITOS DAS ENCHENTES E DE OUTRAS TRAGÉDIAS NATURAIS E SOCIAIS.***

A prevenção a essas catástrofes praticamente inexiste, embora as grandes enchentes em nosso estado sejam recorrentes. Além disso, temos os vendavais e a estiagem que aterrorizam principalmente o Oeste do Estado.

Mesmo com todo esse histórico, os políticos sempre se dizem surpresos e culpam a “natureza” pelas perdas. Para piorar, quando tomam alguma atitude, os governos se limitam a trazer os desalojados para ginásios e galpões sem o mínimo de dignidade para as famílias, aumentando o sofrimento. Prefeitos, governadores, e às vezes, até presidentes, tomam medidas demagógicas e midiáticas de vestir casacos ou coletes da

Defesa Civil ou dos Bombeiros e sobrevoar áreas de helicóptero. Mas de fato, nada fazem de efetivo. Por isso defendemos:

- a. Verbas para um plano de obras que inclua obras de infraestrutura e saneamento ambiental, moradia popular, drenagem e desassoreamento de rios e córregos, sistemas de alerta nas cidades e mais investimentos em defesa civil;
- b. As pessoas que vierem a perder tudo ou quase tudo nas enchentes vão precisar de apoio para se reerguerem na vida. É importante ter estabilidade no emprego, isenção da cobrança de impostos e taxas públicas, pelo menos por 2 anos, e que tenham a reconstrução de suas casas subsidiadas pelo poder público;
- c. é fundamental nos momentos de desastres a formação de comitês por bairro e populares para controlar e coordenar a ajuda aos atingidos;
- d. imóveis hoje destinados à especulação imobiliária (aqueles que se incluem como propriedade de especuladores com 5 ou mais imóveis) devem ser destinados emergencialmente para o abrigo das famílias e pessoas desabrigadas e desalojadas.

### ***9. CULTURA, ESPORTE, LAZER E ARTE LIVRES.***

Um programa socialista tem de partir da necessidade urgente de emancipar a cultura das mãos dos capitalistas e garantir acesso à cultura e lazer nos bairros operários e populares.

Além disso, há uma tremenda desigualdade na distribuição dos equipamentos culturais (cinema, teatro, museus, parques etc). Se já não bastassem os altos preços, esses equipamentos culturais geralmente ficam nos centros e nas áreas nobres das cidades. Por isso, defendemos um plano de obras públicas para construir salas de cinema, teatro, bibliotecas, museus, centros culturais e parques nos bairros operários e populares de todos os municípios de Santa Catarina.

No país que sediou a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, o acesso ao lazer e à prática esportiva continuam precários! É preciso investir na criação de centros poliesportivos e áreas verdes nos bairros operários e populares, já!

### ***Defendemos:***

- a. Suspensão do pagamento da dívida pública e auditoria para aumentar o orçamento para a Cultura do estado, garantindo concursos públicos para o setor. Garantia de um mínimo percentual do orçamento investidos em cultura a ser debatido e deliberado junto do setor (trabalhadores da área e artistas);

- b. Plano de Obras Públicas para a construção de equipamentos culturais como Museus, salas de Cinema, Teatros, Bibliotecas, Arquivos Públicos e Centros Culturais nos bairros operários e populares!
- c. Por reparações aos negros e indígenas! Restituição dos bens históricos, artísticos e culturais reivindicados pelos povos africanos e latino-americanos!
- d. Acessibilidade em todos os espaços educacionais e culturais!
- e. Plano de obras públicas para a construção de equipamentos para práticas esportivas, como ginásios poliesportivos e áreas verdes em bairros operários e populares.
- f. Que todas as escolas públicas funcionem também como centros de cultura completos, geridos pelos trabalhadores. A educação artística deve ser matéria obrigatória no currículo.
- g. Defesa de toda a liberdade em arte e cultura. Não deve haver qualquer privilégio a qualquer grupo, escola ou corrente artística. Tampouco discriminação às correntes artísticas. Fim da criminalização de manifestações culturais populares, como as batalhas de HIP-HOP, os Slams, o maracatu etc. Valorização da cultura local que inclua a contribuição de negros, negras e indígenas.
- h. Defesa de todas as formas independentes de organização dos artistas e trabalhadores da arte e da cultura.
- i. Defesa dos grupos amadores e independentes, livrando-os da pressão econômica, para que possam se desenvolver livremente.
- j. Pela preservação do patrimônio histórico do estado com garantia de verbas públicas.
- k. Fim dos monopólios privados de produção e da exploração da arte e da cultura. Estatização dos equipamentos dos grandes centros culturais, museus e galerias, e sem indenização. Sem qualquer tipo de dirigismo cultural, o Estado deve providenciar a esses equipamentos toda a verba necessária para seu funcionamento. Eles devem ser geridos pelos trabalhadores da cultura e artistas. Fim da lei Rouanet.
- l. Incentivar, com garantia de verbas, produções artísticas e culturais que tratem da herança e das contribuições indígenas, negras e de outros grupos étnico-raciais oprimidos;

## ***10. TURISMO***

- a. Garantir, em primeiro lugar, o acesso dos trabalhadores à sua própria cidade com transporte de qualidade e acessível a todos e garantindo emprego e renda.

b. Somos contra o modelo de turismo baseado nos grandes empreendimentos empresariais que degradam o meio ambiente e super exploram a força de trabalho. Combatemos o turismo sexual.

c. Abertura de concurso público na área.

d. Lutar pela criação de um imposto sobre leitos ocupados da rede hoteleira para financiar moradias populares e investimentos públicos e sociais.

e. Defendemos a estatização sob controle dos trabalhadores e sem indenização dos grandes empreendimentos que cometerem crimes ambientais ou incentivarem o turismo sexual, e a destinação dessas áreas para uma função pública e social.

f. Defendemos incentivar o turismo que respeita o meio ambiente, combata o turismo sexual e garanta boas condições de trabalho e renda para a população local. Incentivo à criação de colônias de férias de sindicatos e associações de trabalhadores, a exemplo da doação de terrenos.

g. Incentivo público às festas locais e populares. Contra a privatização da cultura popular. Pela sua livre manifestação.

## ***II. SEGURANÇA PÚBLICA.***

A solução do problema da segurança pública está diretamente ligada à solução de outros graves problemas sociais, como a criminalização das drogas, o caráter repressivo da polícia, o desemprego, os baixos salários, a falta de serviços públicos e a falta de lazer e cultura para nossa juventude.

Se quisermos resolver o problema da segurança pública teremos que enfrentar o problema do tráfico de drogas, responsável direta e indiretamente pela maior parte dos crimes, e por 35% dos crimes que levam ao encarceramento no país. Por isso, defendemos a legalização das drogas e seu controle estatal para acabar com o narcotráfico. Junto com isso, o Estado deve garantir campanhas de saúde pública e atendimento estatal de saúde aos usuários. Defendemos a criação de centros de recuperação que sejam públicos e gratuitos para os dependentes químicos.

### ***Desmilitarização da Polícia Militar.***

Nessas eleições, fazemos um chamado aos praças da Polícia Militar de Santa Catarina para que se organizem. Seus oficiais, que agem como se fossem seus patrões, ganhando mais do que vocês, correndo menos riscos do que vocês e, por isso, vivendo

mais do que vocês. Esses oficiais que lhes dão ordens, humilham e lhes obrigam a fazer coisas que ferem sua honra e sua moral.

Nós do PSTU estamos aqui pra dizer que a vida dos praças da PM-SC só vai mudar com organização e mobilização. Ou seja, suas necessidades imediatas (por melhores salários, diminuição da jornada de trabalho, mais democracia no quartel etc.) e suas necessidades históricas (que é o fim da exploração de vocês e de todos os trabalhadores) não virão das urnas, mas da rebelião organizada contra esse sistema.

Desmilitarizar significa mudar o caráter repressivo da Polícia, que hoje é um braço do Exército em todos os estados federativos. Em todo o país os policiais militares são aqueles que mais matam, e também os que mais morrem.

Defendemos a unificação das polícias estaduais numa única polícia civil, garantindo o direito à livre organização sindical dos policiais e eleições para os chefes de polícia. Significa pôr fim aos arcaicos regimentos internos e códigos disciplinares que, na maioria das vezes, são anteriores à Constituição de 1988, como é o caso da PM-SC.

Não é possível que em pleno século XXI ainda se admitam detenções e prisões nos quartéis, violando as garantias constitucionais da própria democracia burguesa. Além disso, enquanto soldados e cabos amargam a prisão no “xadrez”, os oficiais podem ficar presos e detidos nos lugares que o Comandante decidir... Isso tem que acabar!

Não podemos deixar de abordar a questão do sistema prisional. Hoje o sistema penitenciário vem prendendo em massa e, quase que exclusivamente, os pobres, os negros e os jovens com baixa escolarização, e sem julgamento. Não à toa dizemos que todo presídio tem muito de um navio negreiro.

A Lei antidrogas, criada em 2006 por Lula, gerou uma explosão de encarceramento no Brasil, jogando nos cárceres os negros e pobres. Defender a legalização das drogas implica, também, em reparar as consequências de uma guerra que matou e encarcerou o povo negro e pobre. Portanto, defendemos uma política de desencarceramento dos negros e pobres, que envolva “limpar a ficha” dos presos relacionados à lei antidrogas e o cumprimento de penas de maneira alternativa.

### ***Defendemos:***

a. O plano de segurança pública é inseparável de um plano de investimentos sociais, geração de emprego e aumento da renda dos trabalhadores.



- b. Desmilitarização da polícia militar e criação de uma polícia civil unificada com controle democrático dos trabalhadores e do povo pobre; e direito de organização sindical para os policiais.
- c. Fim de toda a política racista de genocídio da juventude negra das periferias e de higienização social das cidades.
- d. Lutar não é crime! Fim da repressão aos movimentos sociais e às lutas da classe trabalhadora.
- e. Defesa da legalização das drogas e seu controle estatal para acabar com o narcotráfico. Defendemos a criação de centros de recuperação que sejam públicos, humanizados e gratuitos para os dependentes químicos.
- f. Valorização dos servidores da segurança pública com melhores salários e redução da jornada de trabalho.
- g. Fim do machismo nos concursos para a PM-SC! Todas as vagas devem ser de ampla concorrência entre homens e mulheres!
- h. Cotas étnico-raciais nos concursos para a PM-SC!

## ***12. CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA POBREZA.***

O país vive uma conjuntura de aumento das manifestações, das ocupações e das greves nos últimos anos. Os governos, a Justiça e a polícia, no entanto, enfrentam essas mobilizações com criminalização e repressão. Somos contra a criminalização das lutas, da pobreza e da negritude!

- a. Pelo fim da repressão às batalhas de hip-hop e Slams de poesia!
- b. Revogação da Lei Antiterrorismo, e das medidas de garantia da lei e da ordem!
- c. Pela apuração e punição rigorosa dos assassinos e dos mandantes do assassinato de Marielle Franco!
- d. Punição a todos os torturadores da ditadura militar e aos que têm usado essa prática nas delegacias de polícia e sistema prisional!
- e. Fim dos serviços de segurança como a ABIN e os estaduais, como o serviço de P2 na PM, utilizados contra os que lutam contra as injustiças e desigualdades sociais.

### ***13. PELO FIM DA CORRUPÇÃO.***

- a. Prisão de todos os corruptos e corruptores e o confisco de seus bens;
- b. Fim dos privilégios dos políticos, através de mandatos revogáveis, e de salário igual ao de um professor ou operário especializado;
- c. Estatização sob controle dos trabalhadores das grandes empresas envolvidas em corrupção, a exemplo das empreiteiras e da JBS;
- d. Fim do sigilo fiscal, telefônico e bancário de políticos e empresários envolvidos em corrupção.

### ***14. CONTRA O MONOPÓLIO DA MÍDIA.***

Nestas eleições, o PSTU não tem tempo de televisão, enquanto os candidatos envolvidos em esquemas de corrupção chegam a ter vários minutos. Isso sem falar na exclusão dos debates e da cobertura jornalística desigual por conta das emissoras de rádio e televisão.

No capitalismo é assim, a imprensa torna-se também mercadoria, e nunca será justa em seus critérios, por isso tentam a todo custo impedir que partidos e candidaturas que querem combater essa lógica surjam como uma alternativa viável frente aos olhos da maioria da população.

Desde o início, a construção da imprensa, das redes de rádio e TV no Brasil favoreceu o controle da produção e disseminação da informação nas mãos de poucas famílias e grupos econômicos. Vale lembrar que os pontos de TV e rádio das grandes emissoras e difusoras são concessões públicas cujos contratos são totalmente nebulosos.

O fim dos governos militares e a Constituição de 1988 não mudaram esse panorama. Pelo contrário, aprofundou-se a prática de barganha das concessões por apoio político. O PT, que tanto reclama da mídia que chama de “golpista”, manteve a prática, distribuindo as concessões de rádio e TV a políticos aliados em todo o país, e destinando bilhões às grandes emissoras como a Globo, Record, SBT e Bandeirantes. Para se ter ideia do tamanho dessa mamata, entre 2003 e 2014, a Record e o grupo Globo receberam R\$ 8,4 bilhões do governo federal por publicidade. Nesse mesmo período, só a RBS recebeu R\$ 63,7 milhões!

No ano de 2016 tivemos um acordo entre os acionistas da RBS e os empresários Lúcio Parisotto e Carlos Sanchez, do Grupo NC, juntamente com outros investidores, que selou a venda das operações de televisão, rádio e jornal que atuavam sob a marca RBS em Santa Catarina. Atualmente temos a NSC, parte de um grande grupo econômico que

atua em outras áreas, e conta com Parisotto como um de seus proprietários, o mesmo que agrediu fisicamente Luiza Brunet. Assim segue a tendência de maior concentração dos meios de comunicação, com o agravante de ter um agressor de mulher como proprietário de um grande meio de comunicação, quando este devia estar na cadeia.

Parte fundamental da construção de uma sociedade socialista passa pela democratização da grande mídia. Defendemos a desconcentração da mídia, hoje na mão de grupos econômicos que controlam toda uma cadeia de redes de televisão e rádio, além de jornais. Defendemos o incentivo às iniciativas comunitárias e de organizações de trabalhadores de rádio, TV e jornal. Precisamos também avançar para questionar a propriedade privada dos grandes meios de comunicação, que devem ser controlados pela classe trabalhadora e o povo pobre e da periferia. Vamos conseguir isso através de uma ampla mobilização dos trabalhadores e da juventude.

***Defendemos:***

- a. Chega de dinheiro para os grandes oligopólios da mídia!
- b. Auditoria e quebra do sigilo dos contratos de concessões públicas para as grandes emissoras de TV e rádio difusoras;
- c. Incentivo às rádios comunitárias; e à produção de áudio e visual nos bairros operários e populares;
- d. Cotas étnico-raciais em todas as produções audiovisuais do estado e do país;
- e. Universalização do acesso à internet rápida e gratuita;
- f. Acesso à concessão de rádio e TV para sindicatos, associações dos bairros populares, movimentos sociais e demais organizações dos trabalhadores como a CSP-Conlutas.

***15. ESTATIZAÇÃO DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO PAÍS. ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES. FIM DAS REMESSAS DE LUCROS AO EXTERIOR.***

A economia brasileira é controlada hoje por um punhado de grandes empresas, grande parte delas sob controle do capital estrangeiro. As 100 maiores empresas têm o faturamento igual a 40% de tudo o que o Brasil produz em um ano. Mas só são responsáveis por 2 milhões de empregos, num universo de mais de 100 milhões de trabalhadores brasileiros.

### ***Defendemos:***

- a. A estatização dessas empresas, colocá-las sob controle dos trabalhadores e fazer com que produzam de acordo com as necessidades da população, e não para o lucro de meia dúzia de bilionários.
- b. Proibição das remessas de lucros e estatização das grandes multinacionais e o agronegócio sob o controle dos trabalhadores, incluindo os bancos.
- c. Estatização do sistema financeiro, sob controle dos trabalhadores, centralizado num banco que garanta o financiamento ao pequeno produtor, o desenvolvimento público, científico e tecnológico
- d. Defendemos também impostos sobre grandes fortunas e um modelo tributário com tributos progressivos e que tribute prioritariamente a renda e o patrimônio.

### ***16. POR UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES FORMADO POR CONSELHOS POPULARES!***

A campanha do PSTU quer ser um ponto de apoio para as lutas e a organização da classe operária, dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, dos bairros populares, da periferia. Fazemos um chamado à rebelião dos de baixo contra os de cima.

Vamos juntos construir um quilombo socialista contra a exploração, o desemprego, o racismo, a LGBTfobia, o machismo, a xenofobia. Em defesa de uma vida digna, do emprego, do salário, da educação e saúde públicas e gratuitas, da moradia, do saneamento básico para todos e do transporte público de qualidade. Os ricos é que devem pagar pela crise e a corrupção que eles mesmos criaram.

Hoje, os donos das fábricas, dos bancos, das construtoras, das grandes redes de varejo e atacado são os donos das cidades, do estado e do poder. Nós queremos Santa Catarina nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre, pois eles produzem todas as riquezas e nada a eles é permitido. Por isso, defendemos um governo dos trabalhadores formado por conselhos populares e acreditamos que Santa Catarina e o Brasil precisam de uma revolução socialista.

Santa Catarina deve ser controlada por Conselhos Populares Deliberativos que vão deliberar e fiscalizar 100% do orçamento público, e que será eleito nas periferias, nos locais de trabalho e nos locais de estudo. Essa tarefa não pode ficar nas mãos da Assembleia Legislativa cheia de privilégios e controlada por picaretas e partidos envolvidos em mega escândalos de corrupção.

Acreditamos que o socialismo só é possível se enfrentarmos a fundo os interesses dos ricos e dos poderosos e se garantirmos democracia para os trabalhadores e o povo pobre decidir os rumos da cidade, do estado e do país. Nesse sentido não defendemos e não reivindicamos os regimes políticos instalados em Cuba, China, Coreia do Norte e na antiga URSS a partir da era stalinista, que usurparam o poder das mãos da classe trabalhadora e que nada tinham de socialistas. Igualmente não defendemos governos capitalistas, como o de Maduro na Venezuela ou Ortega na Nicarágua, que se dizem de esquerda e mancham a bandeira do socialismo. Sempre tivemos como princípio a democracia operária, que representa o poder de decisão nas mãos da base e o controle dos dirigentes pela sua base.

Sempre tivemos também como princípio não aceitar receber dinheiro de empresas, porque sabemos que quem paga a banda escolhe a música. Nos opomos à prática do PT, do PCdoB e, inclusive, do PSOL que pegam dinheiro com empresários. Por isso, o PSTU não se envolve com corrupção. Nós fazemos questão de sermos financiados pela classe trabalhadora e pelo povo pobre.

Mesmo assim, um partido como o PSTU não tem tempo de televisão, não é chamado a participar de debates e sofre o boicote de grandes meios de comunicação. Enquanto os grandes partidos da burguesia têm muito tempo na TV e no rádio e rios de dinheiro de empresários e corruptos para mentir descaradamente. Não vamos mudar para valer o estado ou o país através das eleições burguesas. Elas são um jogo de cartas marcadas. Vivemos uma democracia a serviço da burguesia e do imperialismo. Somente com a luta unificada e independente dos trabalhadores podemos mudar os rumos de Santa Catarina e do Brasil. As últimas grandes mudanças que tivemos na política do país vieram das ruas, a exemplo da queda do regime militar com as mobilizações do final da década de 70 e início da década de 1980, do movimento “Fora Collor” de 1992 e das manifestações de junho de 2013. Votar e eleger revolucionários e socialistas do PSTU fortalece as lutas dos trabalhadores.

Entendemos também que a luta pelo socialismo só é viável se for levada à escala internacional. Estamos ao lado do povo haitiano, palestino e da Nicarágua que se levantam contra seus governos e o imperialismo e todos e todas que lutam contra a opressão e a exploração em qualquer país do mundo. Saudamos e nos colocamos ao lado do povo chileno que conseguiu arrancar por seu processo revolucionário iniciado em 2019 uma constituinte para derrubar a Constituição da Ditadura assassina de Pinochet. Também

nos solidarizamos com os trabalhadores ucranianos que vivem uma guerra de agressão nacional por força da invasão russa no início de 2022.

Cada voto no PSTU, no 16, vai ser útil para fortalecer o projeto revolucionário e socialista, e a luta da classe trabalhadora, do povo pobre, dos negros, das mulheres e LGBTs para mudar de verdade tudo isso que está aí.

Vote PSTU 16! Ajude a multiplicar a campanha no seu bairro, no seu local de trabalho, no seu local de estudo, nas redes sociais!

Venha para o PSTU! Venha construir um partido socialista, classista, revolucionário e internacionalista.

PROGRAMA DO PSTU EM SANTA CATARINA  
ELEIÇÕES 2022

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
Santa Catarina

06 de agosto de 2022.

<https://pstusantacatarina.blogspot.com/>

Email: [imprensapstu16@gmail.com](mailto:imprensapstu16@gmail.com)

Facebook: @pstu.florianopolis

Instagram: @pstusantacatarina

